

Agora, a realidade!

Sem dúvida alguma, é sempre melhor diminuir dívidas do que aumentá-las; na situação em que se encontram as finanças brasileiras, no entanto, é melhor poder respirar por mais alguns meses do que morrer pelo corte do cordão umbilical do petróleo e das matérias-primas. Em outras palavras, o acordo a que parece ter-se chegado no tocante à dívida externa brasileira, se não satisfaz os que honestamente acreditam na interdependência entre as nações, ou (o que é evidente) os nacionalistas e *nacionalisteiros* empenhados em ver no Fundo Monetário Internacional a encarnação do diabo, pelo menos dará ao governo um respiro e à população uma leve esperança de que os responsáveis pela política econômica agora possam dedicar-se a resolver os problemas reais, que são a dívida interna, a inflação dela decorrente e a recessão que surge como consequência dramática da falta de política. Isso, se os bancos europeus resolverem concordar com a política do FMI...

Em política não há o *ótimo*; existe sempre o *possível*, que umas vezes é mais palatável do que outras. No quadro institucional em que vivemos, com o descrédito que cerca as autoridades públicas, os acordos — alguns a ser ainda confirmados vencendo a resistência do governo inglês, sobretudo — serão o melhor possível que se poderá obter. Não, reconheça-se, por causa dos belos olhos dos responsáveis pela condução (?) da política econômico-financeira; há evidentes indícios de que, se considerações de ordem pessoal pudessem influir nas decisões de diretores do FMI e de muitos bancos internacionais, as decisões não seriam o que se espera sejam. Para que se chegue a

esse *acordo-bóia*, ou tábua de salvação, influirão o peso específico do Brasil no contexto da economia mundial (e da política internacional) e a aflitiva situação em que se verão alguns bancos norte-americanos, condenados a confessar que tinham escolhido o parceiro errado em sua política de empréstimos. Fundamentalmente, contudo, o fato de o Brasil ser o que é e ter o potencial que tem, malgrado seu governo não ter credibilidade externa nem interna — e não a tem porque fez por perdê-la.

Se essa tábua de salvação permitirá ao Brasil respirar, transferindo para mais tarde a hora da verdade, deve ser aproveitada pelo presidente da República para pensar os reais problemas que afogam o governo no dia-a-dia. Não apenas do ponto de vista econômico e das finanças internacionais o ajuste virá na hora certa, isto é, na undécima hora; também do ponto de vista de política interna ele será benéfico para o governo, pois será assinado antes que o prazo para a votação do Decreto-Lei nº 2.045 se tenha esgotado. Em outras palavras, o acordo demonstra à saciedade que a decisão sobre a política salarial incumbe exclusivamente ao Congresso e que a ele cabe decidir se deseja ver diminuídos o déficit público e a inflação a um custo social determinado ou ver aumentar o desemprego com recessão e inflação sem controle. Se os entendimentos em Washington tivessem demorado mais, a grita em torno da *violação* de nossa soberania acabaria tornando-se enorme; agora, se os europeus e os pequenos banqueiros concordaram com o FMI, que gritarão os *nacionalisteiros*, mais uma vez unidos na tarefa de solapar a interde-

pendência sem a qual a economia brasileira acabará naufragando?

É preciso, neste momento, especialmente tendo em vista que os montantes negociados não atendem a tudo o que o governo desejava, que se tome finalmente consciência de que o País atravessa crise econômica e social muito difícil. Não é mais possível que governo e oposições, cada um a sua maneira, persistam em tratar a crise como se fosse assunto de batalha parlamentar e nada mais; como se discursos bonitos, candentes ou não, resolvessem o problema do desemprego ou criassem condições para investimentos novos e para a geração de empregos. Enquanto a crise for motivo de querela política e não de meditação sobre como dela sair, seus efeitos perversos continuarão corroendo a solidariedade social.

A tábua de salvação que a comunidade financeira internacional estendeu ao Brasil — e a parte dela, igualmente — deve servir para que o presidente da República tome consciência de que o Brasil não merece a administração que tem e para que as lideranças oposicionistas se dêem conta de que é mister deixar de lado os chavões, se é que se deseja levar a bom termo o processo de *abertura*. Se o presidente da República persistir em sua atitude de sublime desconhecimento do que se passa na realidade e as oposições insistirem em ver em tudo o dedo sinistro dos capitais estrangeiros — afastando, pois, o pouco investimento direto que pode vir do Exterior —, o País marchará a passos largos para uma situação de crise institucional declarada. Nela, o exemplo da História é este, triunfarão as forças mais obscurantistas a pretexto de salvar a soberania nacional.